

CENTRO PAULA SOUZA



CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Governo do Estado de São Paulo

Administração Central

Unidade de Ensino Médio e Técnico

Apostila do curso preparado para o

Clube de Memória VIII

**A importância da história dos
currículos em Educação
Profissional – um recorte
intra e extrainstitucional**

São Paulo

2011

Apostila do curso preparado para o Clube de Memória VIII

Título do curso

A importância da história dos currículos em Educação Profissional – um recorte intra e extrainstitucional

Carga horária total

12 horas

Local e data de realização

São Paulo, 05 de maio de maio de 2011

Responsável pelo Clube de Memória

Professora Maria Lúcia Mendes de Carvalho
Centro Paula Souza/ Grupo de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão

Responsável pelo curso

Professora Fernanda Mello Demai
Centro Paula Souza/ Grupo de Formulação e Análises Curriculares
Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Revisão e diagramação da apostila

Senhor Marcio Prata
Centro Paula Souza/ Grupo de Formulação e Análises Curriculares

Contato

marialuciamcarvalho@hotmail.com
fernanda.demai@gmail.com

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Árvore de domínio: Educação Profissional e Educação por Competências.....	4
Figura 2 – Matriz Curricular de Técnico em Agricultura e Pecuária de 1980	9
Figura 3 – Matriz Curricular de Técnico em Agropecuária de 1999	10
Figura 4 – Eixos Tecnológicos e Áreas profissionais: Proposta de Equivalência Metodológica	11
Figura 5 – Modelo de Componente Curricular	14

ÍNDICE

1. EXPOSIÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES PRELIMINARES (2 horas).....	4
Objetivos do curso.....	4
1.1. A Educação Profissional – EP	4
a) Árvore de domínio: Educação Profissional e Educação por Competências.....	4
b) Definição de Educação Profissional	4
b.1) A Educação por Competências no Ensino Profissional	5
c) Breve histórico e níveis de EP (um apanhado).....	5
d) Instituições que oferecem cursos de EP	6
1.2. O Currículo Escolar em Educação Profissional – EP	6
a) Definições para currículo escolar	6
b) O currículo escolar no Centro Paula Souza – âmbito intra e extrainstitucional.....	6
1.3. Uma metodologia de elaboração e de reelaboração curricular – âmbito institucional – a Unidade de Ensino Médio e Técnico e o Grupo de Formulação e Análises Curriculares	7
1.4. A Área Agropecuária: Uma análise curricular diacrônica.....	8
1.5. Considerações finais e prospecto.....	11
1.6. Referências/ sugestões de leitura	12
2. OFICINA, TROCA DE EXPERIÊNCIAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS (3 horas)	14
2.1. Oficina: elaboração curricular nos moldes atuais da Educação Profissional – em equipes	14
2.2. Avaliação conjunta dos resultados da oficina	15
3. ATIVIDADE NÃO PRESENCIAL, POSTERIOR AO ENCONTRO PRESENCIAL (7 horas)	16
3.1. Explicações a respeito das atividades não-presenciais.....	16
a) Instruções	16

1. EXPOSIÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES PRELIMINARES

2 horas

OBJETIVOS DO CURSO

- Apresentar e discutir com professores, coordenadores e diretores de unidades escolares do Centro Paula Souza algumas das principais questões relativas às práticas curriculares da instituição, voltadas ao ensino técnico;
- explicitar alguns aspectos da história e da metodologia de elaboração curricular da instituição, com foco nas atividades do Grupo de Formulação e Análises Curriculares – Unidade de Ensino Médio e Técnico/ Cetec;
- difundir as ações de elaboração e de reelaboração de currículos escolares de nível técnico, bem como os principais aspectos da legislação e da ideologia desses instrumentos pedagógicos;
- aplicar a metodologia de (re)elaboração curricular em atividade – prática presencial;
- discutir e sistematizar propostas e melhorias para os currículos escolares de nível técnico, junto aos atores sociais das unidades escolares.

Palavras-chave: Educação; Educação Profissional; Currículo Escolar de Nível Técnico; Currículo por Competências; História da Educação; Área Agropecuária.

1.1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – EP

a) Árvore de domínio: Educação Profissional e Educação por Competências

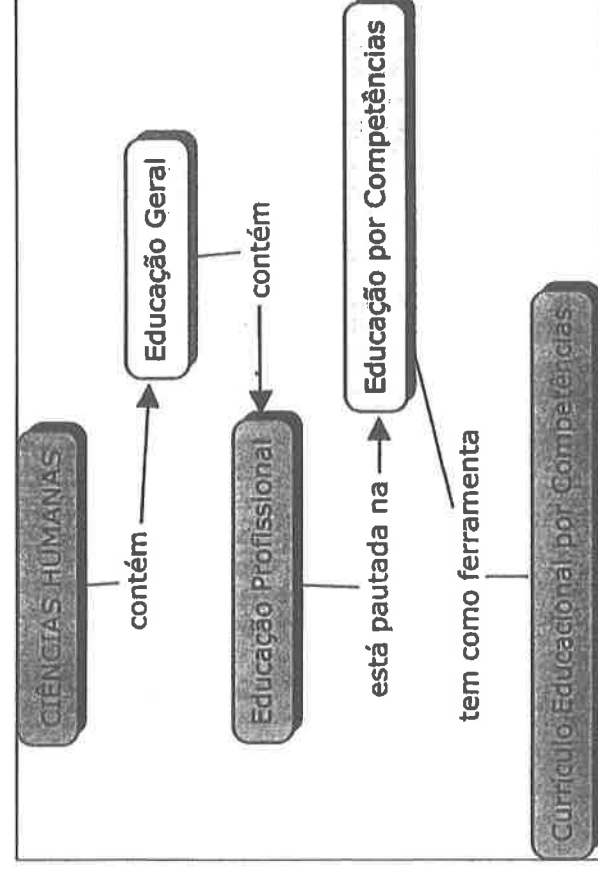


Figura 1 – Árvore de domínio: Educação Profissional e Educação por Competências

Fonte: autora

b) Definição de Educação Profissional

- **Educação profissional s.f.**
formação nos níveis de educação básica, técnica e tecnológica que visa à constituição de conhecimentos técnico-científicos, competências e habilidades para o trabalho.
Sigla: EP.

- **Um contexto de utilização**

A educação profissional pressupõe formação teórica e prática, com a construção de competências para analisar e resolver problemas associados à melhoria dos processos produtivos, que garantirá a identidade e autonomia profissional de técnicos e tecnólogos. (ARAÚJO, 2008)

- b.1) A Educação por Competências no Ensino Profissional**

Valendo-nos da citação de Deluiz (2001), indicamos os principais passos para a organização do currículo por competências:

- (1) investigação dos processos de trabalho para a identificação de perfis profissionais de conclusão;
 - (2) definição dos blocos de competências profissionais básicas, gerais e específicas relacionados aos perfis identificados;
 - (3) desenho da estrutura do currículo, em geral flexível e modularizado;
 - (4) definição dos itinerários profissionais com critérios de acesso aos módulos e ao curso;
 - (5) definição das estratégias de aprendizagem – prática pedagógica interdisciplinar e contextualizada, processo centrado na aprendizagem do aluno, individualização dos percursos de formação, construção significativa do conhecimento, seleção de situações de aprendizagem baseadas na pedagogia de projetos e situações-problema;
 - (6) e definição do processo de avaliação da aprendizagem.
- (DELUIZ, 2001, p. 8)

Ainda de acordo com a autora, é necessário levar em conta aspectos concretos da implementação desses currículos por competências, para que esses passos não se tornem “vagos” e abstratos (DELUIZ, 2001, p. 8).

- c) Breve histórico e níveis de EP (um apanhado)**

- 1809 – criação do Colégio das Fábricas por D. João VI.
- 1816 – criação de Escola de Belas Artes.
- década de 40 do século XIX – construção de dez Casas de Educandos e Artífices.
- 1861 – criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro.
- [...]
- 1909 – criação, pelo Decreto Federal nº 7566, das Escolas de Aprendizizes Artífices nas capitais dos Estados.
- 1910 – criação, por intermédio do Decreto nº 8319, do ensino agrotécnico.
- 1911 – organização das Escolas Profissionais da Capital – Decreto Estadual nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911. Criação do Instituto Profissional Masculino (transformado na Escola Técnica Getúlio Vargas, em 1943) e do Instituto Profissional Feminino (transformado na Escola Técnica Carlos de Campos, em 1943).
- [...]
- 1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4073 de 30 de janeiro de 1942), que previa quatro tipos de escolas profissionais: Escola de Aprendizagem; Escola Artesanal; Escola Industrial; Escola Técnica.
- 1961 – A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 1971 – A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, alterou toda a estrutura do ensino: promoveu a integração dos cursos primário e ginasial no 1º Grau.
- 1996 – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- 1997 – Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 – sistematiza os três níveis de EP: básico: destinado à qualificação e requalificação de trabalhadores; técnico: destinado a oferecer habilitação profissional de nível médio; tecnológico: cursos de nível superior na área tecnológica.
- 2004 – Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 – reedita o modelo de ensino técnico integrado ao ensino médio.
[...]

d) Instituições que oferecem cursos de EP

- Escolas técnicas municipais;
- escolas técnicas estaduais – Centro Paula Souza;
- escolas técnicas federais – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia;
- escolas técnicas privadas, entre elas, Sistema S;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;
- Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa – SEBRAE;
- instituições empresariais, sindicais, comunitárias e filantrópicas.

1.2. O CURRÍCULO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – EP

a) Definições para currículo escolar currículo escolar (1)

sistematização dos conteúdos educativos planejados para um curso ou disciplina, de acordo com as filosofias subjacentes a determinadas concepções de ensino, de educação e de cultura, elaborada conforme as diretrizes legais – estaduais e federais. (definição nossa)

currículo escolar (2)

programação total ou parcial de um curso ou de matéria a ser examinada (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001, 1ª ed., p. 894)

currículo escolar (3)

[Antes das propostas de reformulação curricular instituídas pelo Centro Paula Souza a partir de 1989, o currículo era encarado como] “apenas um plano formal que atende às leis, decretos, pareceres e deliberações”. Na gestão da então chamada CESG – Coordenadoria de Ensino de 2º grau – de 1987 a 1992 –, a tônica era a de levar em conta as relações sociais e do mundo do trabalho, além do detalhamento dos “conteúdos” de cada disciplina. Nas palavras de seu próprio coordenador, o Prof. Almério Melquíades de Araújo,
[...]

“Acreditávamos, porém, que a vida do currículo, que é mais sentida pelo aluno nas suas relações na escola e que também se refletirá nas suas relações sociais de trabalho, depende não só dos conteúdos e estratégias de ensino, mas, principalmente, das relações sociais na escola, que expressarão seus compromissos éticos e sociais”. (ARAÚJO, 1995, p. 78)

b) O currículo escolar no Centro Paula Souza – âmbito intra e extrainstitucional

➤ Âmbito intrainstitucional

- O currículo escolar no Centro Paula Souza é um dos principais focos de todo o planejamento da instituição em relação às políticas educativas, visto que o currículo direciona e evidencia o caráter ideológico-pragmático de cada instituição de ensino.

- Evidentemente, toda a legislação deve ser respeitada por qualquer instituição que ofereça habilitações técnicas, qualificações profissionais, o ensino médio e outros.
- No entanto, a “política” de cada instituição conduz a diferentes alternativas de Educação e a diferentes resultados, mesmo com uma legislação unificada em termos federais e estaduais.
- No Centro Paula Souza, a “política curricular” segue firmemente as diretrizes de uma educação por competências que visa à formação de um profissional especialista em questões técnicas e também capaz de trabalhar em equipe, cooperativamente, em harmonia com o meio ambiente, de acordo com as normas da Ética Profissional e com eventuais legislações específicas de cada área.

➤ **Âmbito extrainstitucional**

- O Centro Paula Souza tem a prática de estabelecer parcerias para a elaboração curricular, pois não há melhor opção para atender às demandas profissionais do que “conversar” com esses setores da sociedade que precisam de trabalhadores de nível técnico. As instituições conveniadas podem ser particulares ou públicas e atuantes nos mais variados nichos.
- A prática de parcerias se dá sistematicamente, a fim de que realmente haja uma consonância entre os currículos escolares e o que é esperado da atuação e dos conhecimentos de um técnico no mundo profissional.
- Muitas vezes há dificuldades na consolidação dessas parcerias, pois as outras empresas e instituições, que não trabalham na área de Educação, não compreendem bem o vocabulário, as práticas, as leis, a documentação (burocracia) de um órgão público que administra aproximadamente 200 Etecs em todo o estado de São Paulo.
- Todavia esse intercâmbio entre setor produtivo e instituição de ensino é muito rico e indispensável para a eficácia dos processos de (re)elaboração curricular.

1.3. UMA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E DE REELABORAÇÃO CURRICULAR – ÂMBITO INTRAINSTITUCIONAL – A UNIDADE DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO E O GRUPO DE FORMULAÇÃO E ANÁLISES CURRICULARES

O Centro Paula Souza, por intermédio de sua Unidade de Ensino Médio e Técnico, conta com um departamento específico para as práticas de elaboração e de reelaboração curricular, conforme o disposto na Deliberação CEETEPS - 3, de 30-05-2008.

Seção III

Do Grupo de Formulação e de Análises Curriculares

Artigo 38-B - O Grupo de Formulação e de Análises Curriculares tem as seguintes atribuições:

- I - desenvolver estudos e elaborar modelos de referência para os currículos;
- II - realizar estudos para a identificação, atualização dos perfis profissionais, em consonância com os diferentes setores produtivos e com o desenvolvimento social;
- III - adequar os cursos às diretrizes curriculares estabelecidas pelo conselho nacional de educação, às demandas sociais e dos setores produtivos;
- IV - elaborar matrizes curriculares organizados em itinerários profissionais, promovendo a educação continuada;
- V - propiciar abertura de canais de comunicação com instituições diferenciadas para que todos possam a ser participantes da organização curricular;

VI - pesquisar as competências, habilidades e aptidões exigidas pelas instituições públicas e privadas dos diferentes arranjos produtivos.
(CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS - 3, de 30-05-2008. DOE. 31/05/2008, Seção I, p.35.)

A metodologia atualmente utilizada pelo Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Unidade de Ensino Médio do Centro Paula Souza) pauta-se primordialmente:

- na pesquisa dos perfis e atribuições profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – de 2009;
- na seleção de competências, de habilidades e de bases tecnológicas, de acordo com os perfis profissionais e com as atribuições;
- na Consulta ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, de 2008, para adequação da nomenclatura da habilitação, do perfil profissional, da descrição do mercado de trabalho e da possibilidade de temas a serem desenvolvidos;
- posteriormente são estabelecidos os componentes curriculares e respectivas cargas horárias, de acordo com as funções do processo produtivo;
- esses componentes são constituídos pela descrição da função profissional subjacente à ideologia curricular, bem como pelas habilidades (capacidades práticas), pelas bases tecnológicas (referencial teórico) e pelas competências profissionais, a união das diretrizes conceituais e das pragmáticas;
- o público-alvo da produção curricular em EP constitui-se nos trabalhadores de diferentes arranjos produtivos e níveis de escolarização, que precisam ampliar sua formação profissional, bem como em pessoas que iniciam ou que desejam migrar para outras áreas de atuação profissional.

FONTES DE CONSULTA PARA A ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS

- Lei Federal nº 9394/96 e suas alterações;
- Resolução CNE/ CEB nº 04/94 atualizada pela Resolução CNE/ CEB nº 01/2005;
- Parecer CNE/ CEB nº 16/99;
- Indicação CEE nº 08/2000;
- Decreto Federal nº 5154/2004;
- Parecer CNE/ CEB nº 11/2008;
- Resolução CNE/ CEB nº 03/2008;
- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN);
- Parecer CNE/ CEB nº 39/2004;
- Resolução CNE/ CEB nº 04/2010;
- Ministério do Trabalho e do Emprego – Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002;
- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC.

1.4. ÁREA AGROPECUÁRIA: UMA ANÁLISE CURRICULAR DIACRÔNICA

- Retroagindo, nos anos de 1970... o paradigma da Educação Profissional era referenciado pelo Parecer 45/72;

- e, posteriormente, vigorava a Resolução CNE/ CEB nº 4/99 (a diretriz era a organização dos cursos por áreas profissionais) – nos anos 2000-2007, o paradigma era ditado pelos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico;

- Conjunto de habilitações afins e matérias respectivas

ANEXO C - CATALOGOS DE HABILITAÇÕES			
CONJUNTO DE HABILITAÇÕES AFINS E MATÉRIAS RESPECTIVAS			
Agricultura e Pecuária			
M A T É R I A S	T I T U L O S	DISTRIBUIÇÃO PELAS HABILITAÇÕES	
		AGROPECUÁRIA	AGRICULTURA PECUÁRIA
1	Desenho e Topografia		
2	Administração e Economia Rural		
3	Agricultura		
4	Zootecnia		
5	Construções e Instalações		
6	Irrigação e Drenagem		
7	Culturas		
8	Criações		

NOMENCLATURA DAS HABILITAÇÕES	
TECNICOS	
1 -	Agropecuária
2 -	Agricultura
3 -	Pecuária
OUTRAS HABILITAÇÕES	
1 -	Auxiliar de Análise de Solos
2 -	Agente de Defesa Sanitária Vegetal
3 -	Agente de Defesa Sanitária Animal
4 -	Auxiliar de Adubação
5 -	Auxiliar de Forragens e Rações
6 -	Classificador de Produtos Vegetais

Figura 2 – Matriz Curricular de Técnico em Agricultura e Pecuária de 1980
 Fonte: Secretaria de Estado da Educação – São Paulo, 1980, p. 215

• Matriz Curricular do curso de Técnico em Agropecuária do Centro Paula Souza – 1999

LEGISLAÇÃO		MATERIAS/COMPONENTES CURRICULARES		PERÍODO: Diurno					Nº de Ciclos: 04	20 semanas
				1º	2º	3º	4º	C.H. sem		
Lei 9394/06	Minimo Profissionalizante	3						3	60	
Decreto 2208/97	AGRICULTURA	2	3					5	100	
Parecer CNE 5/97	AGRICULTURA Geral									
	Horticultura									
Indicação CEE 01/07	CULTURAS									
	Culturas Anuais		2	3				5	100	
	Culturas Perenes		2	3				5	100	
	Agrostologia		2					2	40	
	ZOOTECNIA									
	Zootecnia Geral	3						3	60	
	CRIAÇÕES									
	Criação de Animais de Pequeno Porte									
	Criação de Animais de Médio Porte	2	3					5	100	
	Criação de Animais de Grande Porte		2	3				5	100	
	ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL		2	3				5	100	
	Adim. e Planejamento de Projetos Agropecuários		3	3				6	120	
	Mercado e Comercialização Agropecuária				2			2	40	
	DESENHO E TOPOGRAFIA									
	Desenho Técnico			2				2	40	
	Topografia				5			5	100	
	CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES									
	Edificações e Construções Rurais				2			2	40	
	Pequenas Instalações Rurais				2			2	40	
	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM									
	Irrigação e Drenagem			2	3			5	100	
	Carga Horária do Mínimo Profissionalizante	10	19	19	14			62	1240	
Disciplinas Optativas Inciso III do artigo 6º	INFORMÁTICA	3						3	60	
	ESTATÍSTICA		2					2	40	
Decreto 2208/97	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	2	2					2	40	
	TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	2	2					2	40	
	ÉTICA E CIDADANIA									
	GESTÃO E QUALIDADE									
	COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	2	2		2			4	80	
	PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS									
	MECÂNICA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	6						6	120	
	Carga Horária das Disciplinas Optativas	15	6	2	5			28	550	
	CARGA HORÁRIA TOTAL	25	25	21	19			90	1800	
	C.H. DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO								800	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO								2600	
<p>1º Ciclo = Auxiliar em Processamento de Produtos Agropecuários 1º + 2º Ciclos = Auxiliar em Horticultura e Avicultura 1º + 2º + 3º Ciclos = Agente de Produção Agropecuária 1º + 2º + 3º + 4º Ciclos = Agente de Produção Agropecuária e Serviços Rurais e Técnico em Agropecuária</p>										

Figura 3 – Matriz Curricular de Técnico em Agropecuária de 1999

Fonte: Centro Paula Souza, 1999

- A instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC trouxe a obrigatoriedade dos cursos serem organizados por eixo tecnológico (Parecer CNE/CEB nº11/2008, Resolução CNE/CEB nº 3 de 2008, Portaria nº 870, MEC, 2008).

- Com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, houve uma unificação de denominações para os cursos, bem como uma padronização de perfis profissionais (síntese das atribuições), de possibilidades de atuação (mercado de trabalho), de carga horária e de temas técnicos sugeridos para a elaboração de componentes curriculares/ disciplinas.
- Essa unificação é salutar em alguns aspectos, pois havia uma pluralidade que gerava confusão em termos de nomenclatura.
- No entanto, alguns cursos técnicos não estão contemplados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Essas habilitações podem ser oferecidas em “caráter experimental”, como “experiência pedagógica” em um prazo de até três anos, se não for obtida a inclusão definitiva no referido Catálogo.

Eixo Tecnológico	Área(s) Profissional(is)
Ambiente, Saúde e Segurança	Imagem Pessoal Meio Ambiente Saúde
Controle e Processos Industriais	Indústria Química
Gestão e Negócios	Comércio Gestão
Hospitalidade e Lazer	Turismo e Hospitalidade
Informação e Comunicação	Informática Telecomunicações
Infraestrutura	Construção Civil Geomática Indústria Transportes
Produção Alimentícia	Agropecuária Química
Produção Cultural e Design	Artes Design
Produção Industrial	Indústria Química
Recursos Naturais	Agropecuária Mineração Recursos Pesqueiros

Figura 4 – Eixos Tecnológicos e Áreas profissionais: Proposta de Equivalência Metodológica
Fonte: Demai, 2009, p. 270

1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROSPECTO

Julgamos que essa abordagem diacrônica de uma área é útil para comparação de diretrizes e de produtos curriculares.

Foi eleita a área agropecuária, mas muitas outras podem ser estudadas sob esse ponto de vista histórico-comparativo, não somente por interesse na própria área, como também para a

depreensão dos paradigmas curriculares – e respectivas ideologias – de cada época, de cada momento histórico, tendo em vista a grande área: Educação no e do Brasil.

Assim, esperamos ter contribuído para despertar futuras pesquisas e contribuições para a área de elaboração curricular do Centro Paula Souza.

Com as atividades, presenciais e não-presenciais, esperamos esclarecer nossa metodologia de elaboração curricular, por intermédio da prática. Seguem exercícios, bem como as referências bibliográficas.

Finalizamos ressaltando o caráter social e humano da área de Educação, historicamente construído pelas diversas sociedades, de acordo com interesses e atores diversificados. Citamos novamente Deluiz:

Diante das várias concepções de competências, cabe enfatizar que as escolhas em educação não são neutras e que os conceitos expressam as características e os interesses dos grupos e das forças sociais que os elaboram. A noção de competência é, assim, uma construção social, e por isso alvo de disputas em torno do seu significativo social (DELUIZ, 2001, p. 11).

1.6. REFERÊNCIAS/ SUGESTÕES DE LEITURA

São as referências bibliográficas deste trabalho, que ficam também como sugestão de leitura:

ARAÚJO, Almério Melquiades. **A reformulação curricular nas escolas técnicas do Ceeteps: uma experiência inovadora.** São Paulo, 1995.140f. Dissertação de Mestrado (Educação: Supervisão e Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Mere Abramowicz, Profª Drª.

ARAÚJO, Almério Melquiades. **Os conceitos de competência e a formação profissional.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2008 a.

ARAÚJO, Almério Melquiades. **Educação e formação profissional.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2008b.

BRASIL. **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Classificação Brasileira de Ocupações.** Brasília: MtbE, 2009. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico.** Brasília. MEC. 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 7 abr. 2011

BRASIL. **DECRETO-LEI N. 4.073 – DE 30 DE JANEIRO DE 1942. Lei orgânica do ensino industrial.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei%20organica%20ensino%20industrial%201942.htm>. Acesso em: 11 abr. 2011.

CARVALHO, Maria Lúcia; FAGNANI, Maria Ângela. **A trajetória administrativa de Horácio Augusto da Silveira na primeira Superintendência da Educação Profissional em São Paulo (1934-1947).** II

Encontro de Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo – SP, 16 e 17 de setembro de 2010. Compact Disk.

DELUIZ, Neise. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo**. Boletim Técnico do SENAC. 27 (3), p.3-25. set./dez.2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

DEMAI, Fernanda Mello. **Livro das competências profissionais: a síntese dos 90 cursos técnicos e das 115 qualificações oferecidas pelo Centro Paula Souza**. n.º. 2. São Paulo: Editora i9, 2009.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **As ideias de racionalização do trabalho e a formação de trabalhadores: o ensino profissional no estado de São Paulo na primeira metade do século XX**. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia – MG, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/coluble06/anais/arquivos/500PauloCelso.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2011

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. Unidade de Ensino Médio e Técnico. Grupo de Formulações e Análises Curriculares. **Gestão dos Laboratório de Currículo [diretrizes gerais]**. Elaborado por: Soely Faria Martins, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. Deliberação CEETEPS - 3, de 30-05-2008. **Consolidada com as alterações das Deliberações 4/09, 2/10, 4/10**. Publicada em: DOE. 31/05/2008, Seção I, p.35

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação – São Paulo. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Legislação de Ensino de 1º e 2º graus (Federal)**. Comunicação e Organização de Leslie Maria José da Silva Rama e outros. São Paulo, SE/ CENP, 1980, v. 4.

c) Com as fontes e nas respectivas equipes, realizar a seguinte atividade:

- Elaborar um componente curricular, para uma habilitação contida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, de acordo com o tema sorteado para a equipe, preenchendo todos os itens do modelo proposto.
- Deve ser observado o perfil profissional proposto pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, bem como os temas sugeridos, a descrição da família ocupacional (Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – Ministério do Trabalho) e o rol de competências, de habilidades e de bases tecnológicas informados no caderno de respostas, para a redação do nome e do conteúdo do componente curricular. A função deve expressar uma atividade da área, como Planejamento, Execução, Gestão, Monitoramento, etc.

2.2. AVALIAÇÃO CONJUNTA DOS RESULTADOS DA OFICINA

O exercício presencial de elaboração curricular deverá ser apresentado pelos grupos, oralmente, e entregue por escrito à Organização do Clube de Memória VIII.

3. ATIVIDADE NÃO-PRESENCIAL, POSTERIOR AO ENCONTRO PRESENCIAL

7 horas

3.1. EXPLICAÇÕES A RESPEITO DAS ATIVIDADES NÃO-PRESENCIAIS

a) Instruções

1. A atividade não-presencial constitui-se na elaboração de 2 a 3 componentes curriculares para um mesmo curso, relativos a um currículo escolar de habilitação já existente no Centro Paula Souza (processo de reelaboração curricular) ou para um curso inédito na instituição, de acordo com o proposto nos documentos e diretrizes legais.
2. O participante, ao escolher a habilitação a ser desenvolvida, deverá informá-la à ministrante do curso, a Prof.^a Fernanda Mello Demai – através do e-mail fernanda.demai@gmail.com – que, por sua vez, irá disponibilizar o rol de competências retiradas do Livro das Competências Profissionais, o rol de habilidades e de bases tecnológicas, caso o curso não seja inédito no Centro Paula Souza. Se o curso não existir na instituição, serão enviadas instruções de pesquisa para estes itens.
3. Com a habilitação definida, o participante deverá pesquisar na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – Ministério do Trabalho (<http://www.mtecbo.gov.br/>) a descrição ocupacional da família a ser relacionada. Em seguida, deverá acessar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (<http://catalogonct.mec.gov.br/>) e inserir a descrição proposta para o curso.
4. Com todas as informações reunidas, o participante elaborará os componentes curriculares, de maneira similar à atividade presencial.
5. Essa atividade é individual e deve ser encaminhada ao site <http://www.cpscetec.com.br/ceteccap/capacitacoes/capacitacoes.php>.